



CLAUSEWITZ, O PLANO SCHLIEFFEN E O PRINCÍPIO DO OBJETIVO

Sérgio Paulo Muniz Costa

"A aplicação dos Princípios de guerra por um comandante está fortemente condicionada a fatores subjetivos de natureza psicológica, sociológica e organizacional. Na educação e treinamento do chefe militar, deve ser levada em conta a necessidade de ele ser capaz de identificar a realidade que o cerca em todos as suas nuances".

Esta é a conclusão que transmite o autor, em seu estudo sobre a concepção e a aplicação do Plano Schlieffer, modelo clássico de aplicação dos Princípios de guerra.

INTRODUÇÃO

Os princípios de guerra são um esforço de racionalização da conduta das operações militares, sendo estudados nas escolas militares em todo o mundo. Coube a Clausewitz o mérito de identificar esses princípios, a partir do estudo científico que fez da

guerra, na obra *Vom Kriege*, ainda que de uma forma menos explícita da que estamos didaticamente habituados hoje em dia.

O pensamento clausewitiano, embora pouco compreendido na sua dimensão mais importante, a política, influenciou bastante o pensamento estratégico-militar no final do século XIX e início do século XX.

A situação política da Europa no final do século passado encaminhava-se para uma guerra entre a Alemanha e uma coligação franco-russa. Os planejadores militares alemães viram-se num pesadelo, tentando solucionar o problema de como vencer uma coligação mais potente, lutando em duas frentes.

Duas correntes opunham-se a resolução do problema. A primeira advogava uma vitória decisiva contra o inimigo a W e uma atitude defensiva a E. Vencida a França, a Rússia e a Inglaterra, muito provavelmente, desistiriam de lutar. A segunda defendia uma solução diferente, na forma e no espírito. O inimigo seria contido, quebrando-se-lhe a vontade de lutar. Para tanto, seria conduzida uma defensiva a oeste, contra a França, enquanto a leste uma vigorosa ofensiva destruiria as forças do czar, sem perigosos aprofundamentos na imensidão russa. Desgastada a França pelo esforço infrutífero, vencida militarmente a Rússia, não haveria espaço para a entrada da Inglaterra na guerra.

Por razões que não cabe aqui aprofundar, a segunda opção nunca teve muita chance após a queda de Bismarck, e a Alemanha, paulatinamente, encaminhou-se para a busca da solução militar a oeste. Nesse contexto, coube ao Estado-

Maior Alemão conceber o plano para obter essa vitória.

O PLANO

A concepção do plano era, sem dúvida alguma, brilhante. O conde Albert von Schlieffen, substituto de Waldersee na chefia do Grande Estado-Maior Alemão, foi o homem escolhido pelo destino para conceber a resposta militar à complexa questão.

A situação estratégica impunha uma série de limitações. A fronteira franco-alemã, com aproximadamente 250 quilômetros, era relativamente pequena. A França fortificara trechos importantes da mesma, deixando a brecha de Trouée de Charms, entre Toul e Epinal, para canalizar os ataques alemães e conduzir suas contra-ofensivas. O ataque frontal era, nessa situação, desaconselhável. Em contrapartida, a área de atrito considerada nessa solução incluía regiões historicamente contestadas e bacias carboníferas, o que exerceria mais tarde uma forte pressão sobre os estrategistas e comandantes de ambos os lados.

Do lado alemão, como já vimos, a solução deveria ser alcançada com uma vitória militar decisiva contra a França. Considerando as condições acima mencionadas, o conde Schlieffen foi buscar, no estudo da His-

tória Militar¹, a inspiração para sua manobra.

Assim ele concebeu um plano segundo o qual uma fraca ala esquerda alemã faria frente, atrairia e fixaria o principal esforço francês na Lorena, enquanto uma forte ala direita invadiria o Luxemburgo e a Bélgica, contornaria Paris e, surpreendendo os exércitos franceses pela retaguarda, os jogaria de encontro às fortificações da fronteira ou na Suíça.

A manobra estava calcada em dois pontos fundamentais. Um era a repartição de forças entre as duas alas, e o outro o papel a ser desempenhado por elas. Liddell Hart criou uma excelente figura para visualizarmos o funcionamento do plano — a de uma porta giratória. Quanto maior o impulso e engajamento do agente sobre um de seus setores, maior a velocidade do outro às suas costas. Com efeito, o plano previa uma ação defensiva da ala esquerda, considerada até o Reno, provocando um engajamento das forças francesas, que impediria sua roçada para oeste.

O plano original se Schlieffen previa que fossem empregadas 59 divisões na ala direita e 9 divisões na ala esquerda, numa relação de 15% de poder entre a ala esquerda e direita. De acordo ainda com o "princípio da porta giratória", quando os franceses estivessem decisiva-

mente engajados nas Ardenas e na Lorena, dois Corpos de Exército seriam roçados para a ala direita, reduzindo a percentagem a 9%².

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE CLAUSEWITZ

A obra de Clausewitz enfatizou o papel preponderante que o caráter do chefe militar deveria exercer na conduta das operações de guerra. Uma citação pode ilustrar o pensamento clausewitiano em relação a este aspecto:

"Enquanto esses homens estiverem animados de coragem e sua moral for boa, é raro que um comandante tenha que desenvolver uma grande força de vontade para prosseguir o seu objetivo. Mas logo que surgem dificuldades diretas — e elas não podem deixar de produzir-se quando se trata de proezas que saem fora do costume, as coisas já não andam sozinhas como numa máquina bem lubrificada. É a própria máquina que, pelo contrário, começa a oferecer resistência, e a necessidade de a superar exige do chefe uma força de vontade considerável. Essa resistência não se manifesta, forçosamente, pela desobediência ou pela contradição, ainda que sejam frequentes em certos indivíduos, mas sim, por uma impressão do desmoro-

namento de todas as forças físicas e morais, pelo espetáculo pungente dos sacrifícios sangrentos, que o comandante tem de superar, primeiro, em si próprio, e seguidamente, em todos os outros que direta ou indiretamente lhe transmitam as suas impressões, as suas sensações, as suas preocupações e as suas aspirações. À medida que as forças dos indivíduos deixam de existir uma após outra, que a sua vontade não é suficiente para suscitar e manter essa força, todo o peso da inércia das massas acaba por incidir, pouco a pouco, sobre a vontade do comandante. O ardor do seu coração e a luz do seu espírito têm de atear incessantemente o ardor da resolução e o brilho da esperança em todos os outros.”³

Schlieffen, formado na tradição clausewitiana, concebeu o seu plano apoiado, primordialmente, nessa concepção do papel do chefe militar. Como Gortitz, destacou, para que o plano atingisse o seu fim, o chefe que o conduzisse deveria manter-se impassível ante as maiores incertezas e diversões, perseguindo até o fim a sua meta, mesmo que os russos surgissem às portas de Berlim ou os ingleses desembarcassem em Kiel.

Essa confiança ilimitada no chefe militar, aliada à concepção que Schlieffen criou do moderno comandante de batalha – isolado do front numa sofisticada

da seção de operações, servida por uma infinidade de meios de comunicações, de onde os vários exércitos seriam eficientemente conduzidos – limitou a adequada difusão do plano.

A confiança inabalável do comandante levaria à vitória final. Os pólos de dúvidas, insegurança e vacilações não precisavam ser multiplicados. Como diria von Tappen, chefe da Seção de Operações do Grande Estado-Maior, no decorrer da batalha, “os exércitos somente tinham de combater”.⁴

Talvez tudo isso explique porque dentre todos os chefes de Estado-Maior, apenas o do I Ex, von Khul, estava consciente do plano, e porque a Marinha não tinha ouvido falar nele. Uma batalha terrestre, gigantesca, conduzida por um homem de grande energia, decidiria a questão. Era a procura da batalha na mais alta acepção clausewitiana, que o próprio Clausewitz nunca tornara dogmática no conjunto da sua obra.

OS PRINCÍPIOS DE GUERRA

O Plano Schlieffen é um clássico modelo da aplicação dos princípios de guerra.⁵

a. **Ofensiva** – Os resultados decisivos seriam alcançados pela ação ofensiva, enquanto em outra parte da frente, ao sul, a defensiva cumpriria o papel de aumentar-lhe a eficácia.

b. **Massa** – O máximo poder de combate estava previsto para ser aplicado no momento e local decisivos.

c. **Economia de forças** – O mínimo de poder de combate deveria ser aplicado no ponto que não fosse o de esforço, em benefício da obtenção da massa na ala direita.

d. **Manobra** – A disposição dos meios, inicial e projetada, cientificamente articulada desde a mobilização e concentração ao longo da linha Metz-Mulhouse, garantia uma superioridade relativa, levando o inimigo a atacar onde o terreno era favorável à defensiva e atacando onde era favorável à ofensiva.

e. **Segurança** – Era garantida pela conquista e manutenção da iniciativa, num setor aonde poderiam advir resultados decisivos, deixando ao inimigo a ilusão da iniciativa no setor aonde o terreno limitava as chances de decisão.

f. **Supresa** – Embora o relatório da imprensa alemã tenha alarmado a Bélgica, que aumentou o valor de suas fortificações, o peso da ala direita alemã era o grande fator surpresa, ou seja, a forma do golpe a ser desferido.

Foi no entanto, a nosso ver, o princípio do objetivo⁶ o mais importante na formulação, na distorção e na malfadada aplicação do plano.

Segundo o dogmatismo

clausewitiano de Schlieffen, o objetivo seria tenazmente perseguido graças à firmeza, visão e caráter do comandante. O plano subentendia um inabalável prosseguimento da ação planejada, a despeito da ocorrência de inusitadas pressões, acontecimentos e contratemplos. Embora alguns autores acusem Schlieffen de não considerar o aspecto da fricção, parece-nos que o entendimento do papel do chefe na dimensão estratégica do plano minimizava esse aspecto.

É fácil deduzirmos que esse plano, baseado num risco calculado de peso, exigia uma permanente e clara priorização do “objetivo” como princípio.

O PLANO DE GUERRA NA OBRA DE CLAUSEWITZ

Mas a influência de Clausewitz no plano Schlieffen não se limitou ao papel do chefe militar. Vejamos alguns trechos do livro VIII – O Plano de Guerra:

“... Continuar a assegurar a posse do nosso próprio país é sempre uma questão que nos toca profundamente, e os danos infligidos ao nosso próprio Estado não podem ser sobrestimados nem por assim dizer neutralizados por aquilo que ganhamos em troca; salvo quando esse ganho promete consideráveis benefícios ou seja, se ele é muito maior.”⁷

"Em conformidade com tudo que foi dito a este respeito até o presente, dois princípios fundamentais abarcarão o conjunto do plano de guerra e determinarão a orientação de todo o resto.

"O primeiro é o seguinte: reconduzir o peso da força inimiga a centros de gravidade tão pouco numerosos quanto possível, a um só se for possível; em seguida, limitar o ataque a esses centros de gravidade a um número de empreendimentos principais tão pouco numerosos quanto possível, a um só se for possível; enfim, manter todos os empreendimentos secundários tão subordinados quanto possível."⁸

"O centro de gravidade da potência francesa reside nas suas forças armadas e em Paris. Desfazê-las numa ou em várias grandes batalhas, conquistar Paris e lançar o resto dos franceses para trás do Loire, tal deve ser o objetivo dos aliados. O ponto fraco da monarquia francesa encontra-se entre Paris e Bruxelas; deste lado a fronteira só está a 30 milhas da capital."⁹

O primeiro trecho, considerado na parte da obra assinalada, tem relação com o risco calculado a ser corrido com o emprego das forças de cobertura face aos russos a E, e a defensiva, em território alemão, face à ala direita francesa ao S.

O segundo trecho é a pedra de toque do plano de guerra

aconselhado por Clausewitz e conseqüentemente, a do Plano Schlieffen. É a formulação do princípio do "objetivo" num nível mais elevado, o nível político e estratégico da condução da guerra.

O terceiro é a inspiração da forma, redigido cem anos antes da I Guerra Mundial, calcada no terreno, e que permaneceria válida até a II Guerra Mundial.

O QUE REALMENTE ACONTECEU

O chefe de Estado-Maior que substituiu Schlieffen não estava à altura do nome e do antecessor. Sobrinho do lendário Helmuth von Moltke, fora nomeado pelo imperador para que seu nome inspirasse temor nas nações inimigas. Moltke sabia das suas próprias limitações e julgava-se impotente para a pesada missão. O máximo que ele conseguiu foi terminar com as espalhafatosas cargas de cavalaria do Kaiser nos exercícios táticos.

Tendo recebido o plano de Schlieffen em 1906, ele se viu pressionado pelo peso da responsabilidade decorrente do risco calculado a assumir e pela importância política e econômica das regiões na área de atrito.

Essas pressões acabaram por levá-lo à desfiguração do plano em 1910, quando elevou os efetivos da ala esquerda, es-

tabelecendo uma relação de forças de 42% entre as alas esquerda e direita. Além disso, estabeleceu um papel ofensivo para a ala esquerda, desfigurando a manobra de Schlieffen.

Ao se iniciar o conflito, outras modificações aconteceram no plano, devido à falta de controle do Alto Comando Alemão. Inicialmente, quando ocorreu a ofensiva francesa na Lorena, Moltke vacilou, pensando numa decisão naquele setor e adiando a ação da ala direita. Quando retomou o plano original, já havia empenhado na ala sul seis divisões que estavam alocadas à ala norte. Em seguida, deslocou suas divisões para a Prússia Oriental, retirando-as da ala direita.

De qualquer forma, embora alterado num aspecto vital — a relação de forças entre as alas — o plano foi colocado em movimento. As forças alemãs romperam pela fronteira e, após a queda de Liège, fortaleza chave do sistema de defesa belga, as tropas germânicas se espraíram pelo território belga.

A modificação da relação de força fez com que a ala esquerda alemã não resistisse à tentativa de obter a decisão naquele setor, atacando os franceses na Lorena. A superioridade do efetivo (25 divisões alemãs contra 19 francesas) não foi suficiente para suplantar a discrepância do desdobramento, previsto para

uma defensiva, e o contra-ataque conseguiu colocar os franceses a coberto de uma linha fortificada. Isso permitiu posteriormente o desengajamento de um efetivo equivalente a um Exército para a ala esquerda francesa, quando Joffre percebeu a manobra alemã. A partir da modificação do papel da ala esquerda alemã, a manobra geral passou a ser um duplo envolvimento, sofrendo nova desfiguração. Tropas que deveriam ser roçadas para a ala direita não o foram.

A ansiedade de Moltke com o relativamente pequeno número de prisioneiros franceses fez com que ele autorizasse outras modificações no plano que, culminando uma série de erros, seriam fatais. A idéia original do desdobramento de Paris por oeste foi abandonada devido ao enfraquecimento da ala direita e, ao desgaste provocado pelos grandes deslocamentos, batalhas e sítios. Além disso o comandante do II Exército Alemão, Bullow, solicitou ao I Exército Alemão, Kluck, que aproximasse sua força e atacasse o Exército de Lanzerac, que estava sendo perseguido e, por ordem de Joffre, fizera alto para enfrentar o II Exército. Com isso, o I Exército de Kluck passaria a E de Paris deixando o flanco direito exposto à guarnição militar da cidade. Quando essa oportunidade se deu, Joffre ordenou o contra-ata-

que, que forçou nova mudança da frente e, com isso, uma abertura de brecha entre os I e II Exércitos Alemães. Por essa brecha, começaram a avançar as colunas britânicas, que até então estavam em retirada.

A atuação do Tenente-Coronel Hentsch como representante de Moltke, nesse momento crítico da batalha, nos é bastante útil para analisarmos o papel do chefe militar. Liddel Hart afirma que o Tenente-Coronel Hentsch, chefe da Seção de Informações do Estado-Maior, chegou no dia 3 de setembro de 1914 ao QG do I Exército com más notícias, falando que os VI e VII Exércitos estavam detidos face a Nancy – Epinal, o IV e V enfrentavam grande resistência, os franceses rocam tropas da sua ala direita para Paris, os ingleses efetuavam grandes desembarque de tropas no litoral belga e um corpo expedicionário russo se aproximava. No dia 5, Hentsch foi enviado como representante confidencial junto aos I e II Exércitos. A 7, ele enviou uma mensagem a Moltke dizendo que ambos os Exércitos estavam fortemente pressionados.

No dia seguinte, 8, Hentsch foi enviado uma segunda vez com ordens precisas que estipulavam que, se fosse “absolutamente necessário”¹⁰ o I Exército se retiraria para a linha Soissons-Fismes, a fim de re-

tomar contato com o II Exército. Hentsch projetou um quadro muito desfavorável da situação do I Exército para Bulow, o comandante do II Exército. No dia seguinte, 9 de setembro, Bulow resolveu ordenar a retirada do II Exército, informando a Kluck. Kluck e seu chefe do Estado-Maior, von Khul, discordavam da retirada. Hentsch, que viajara durante todo o dia 9 em meio ao caos da retirada do I Exército, chegou, na noite de 9, ao QG do I Exército e ordenou a von Khul a retirada do I Exército, valendo-se da grande autoridade de um representante do Estado-Maior sobre o chefe do Estado-Maior de um comando subordinado. Só uma personalidade excepcional no comando do I Exército teria condições de arrostar a autoridade de Hentsch e arrastar o II Exército ao combate. O comandante do I Exército nem tinha visto Hentsch e tomou conhecimento da ordem quando ela já tinha sido expedida.

A improvisada transformação do papel da ala esquerda redundara em fracasso contra Tour e Epinal. O fracasso da enfraquecida ala direita, depois de uma série de improvisações, colocou fim ao plano Schlieffen.

A descrição sumária dos acontecimentos permite-nos inúmeras conclusões sobre a cadeia de comando, o desdobramento das tropas alemãs, o

controle exercido pelo escalão superior e o papel que certos homens desempenharam acidentalmente na História. No entanto cabe-nos alertar que a descrição não tem essa finalidade. Ela se presta apenas ao entendimento da transfiguração do plano Schlieffen, de maneira geral. Para quaisquer conclusões específicas sobre a batalha do Marne, recomendamos um aprofundamento nas obras de Liddel Hart, J.C. Fuller e Walter Gortitz e respectivas fontes, coincidentes em muitos pontos, mas com inevitáveis divergências sobre qual teria sido o fator preponderante do milagre do Marne.

CONCLUSÃO

A análise dos acontecimentos, das influências sobre eles exercidas e de suas conseqüências permitem-nos algumas conclusões.

Num nível mais elevado, podemos apontar que Schlieffen, fechado no seu hermetismo profissional, não identificou, na conjuntura que o cercava, a impossibilidade de um chefe de Estado-Maior alemão desempenhar, de fôrma direta, na Alemanha de Guilherme II, o papel que lhe fora atribuído no plano, o papel preconizado por Clausewitz, inspirado nas façanhas prussianas da Guerra dos Sete Anos.

O tamanho dos Exércitos, a necessidade de grande coordenação entre as suas ações e a estrutura da cadeia de comando eram, só para falarmos das condicionantes militares, as principais diferenças entre os tempos de Schlieffen e Seydlitz. Além disso, havia uma instituição, o *Immediatvortrag*¹¹, que gerou um canal paralelo de comando entre os chefes de Estado-Maior, em detrimento dos comandantes.

Ao conceber detalhada e antecipadamente aquela vasta operação militar, Schlieffen deveria ter efetivado algumas medidas paralelas que garantissem, naquela conjuntura, a irradiação da vontade do chefe militar, através de um eficiente mecanismo de controle, sem que com isso significasse, necessariamente, centralização do comando ou cerceamento da iniciativa dos comandos subordinados.

Reconhecemos que algumas dessas medidas poderiam extrapolar a competência do chefe de Estado-Maior no contexto da confusa estrutura político-militar alemã. No entanto, a previsão de grandes comandos enquadrantes dos Exércitos da Campanha teria reduzido o caos na realização do plano.

Foi portanto de grande profundidade a observação de Aron, ao referir-se ao "novo dogmatismo de Schlieffen". Um

plano brilhante, utilizando a forma da ação indireta, tão celebrada por Liddel Hart, colocou a chave do sucesso de uma gigantesca batalha decisiva numa questão inteiramente fora de seus limites – a personalidade do chefe militar que conduziria a operação. Esse dogmatismo impediu a sã implicação de um plano magnificamente concebido.

Quando chegou o momento de colocar em prática o plano, o problema constituiu-se, em essência, na dicotomia entre o elevado papel reservado ao chefe do Estado-Maior Geral no plano e a estrutura de cadeia de comando para executá-lo, que incluía a personalidade do comandante e o mecanismo de controle disponível.

Essa grande diferença poderia ter sido reduzida através de uma consistente explanação do objetivo do plano aos comandantes de Exércitos e chefes de Estados-Maiors, antes da sua execução, uma judiciosa seleção dos encarregados das decisões e um acompanhamento mais cerrado da evolução da situação.

Nada disso no entanto substituiria o papel fundamental que um comandante-em-chefe deveria desempenhar. Sobre ele continuariam a pesar enormes responsabilidades, para as quais deveria estar preparado, fosse ele o Kaiser, o Chefe de Estado-

Maior, o Ministro da Guerra ou Chefe de Gabinete Militar. O entendimento do papel do chefe militar, segundo Clausewitz, continuava válido. No entanto, deviam ser garantidas as chances mínimas de ele desempenhá-lo.

Essas chances eram reduzidas pelo enfraquecimento da autoridade dos comandantes em todos os escalões. O Plano cientificamente concebido e executado por técnicos militares, deveria substituir o comandante. Desde os mais altos escalões do Exército Alemão não estava muito claro quem realmente comandava. Essa foi, a nosso ver, a causa estrutural do fracasso alemão na batalha que poderia ter decidido a I Guerra Mundial.

Tanto é assim que, se fosse oferecida a um observador imparcial a escolha entre um chefe militar como Lunderdorff e a efetivação das medidas de comando e organizacionais preconizadas por vários historiadores para conduzir as forças germânicas à vitória em 1914, não temos dúvida que a escolha histórica do chefe prevaleceria.

É interessante observar que notáveis progressos se fizeram sentir nas Forças Armadas Alemãs, em relação a esses aspectos, antes e durante a II Guerra Mundial. Assim, foi criado um Alto Comando da Força Armada (OKW), que coordenava as ações das forças singulares;

o Immediatvortrag foi definitivamente extinto, quando o Estado-Maior foi reorganizado em 1935 e tornou-se corrente o enquadramento dos Exércitos de Campanha em Corpos de Exército. Finalmente, cabe observar que foram comandantes como Guderian, Mainstein, Rommel, e não um cientificismo impessoal abrangente, que conduziram as tropas alemãs às expressivas vitórias na França, Rússia e África do Norte.

Infelizmente, como essas medidas se deram sob o nazismo e foram o veículo da fusão do Exército Alemão com o Estado Nazista, elas são analisadas exclusivamente sob o ponto de vista político, não sendo levado em conta que havia forte razões na história militar recente da Alemanha para que fossem efetivadas.

Essas conclusões parciais aplicadas ao estudo histórico do Plano Schlieffen nos facultam conclusões importantes aplicáveis à nossa realidade.

A aplicação dos princípios de guerra por um comandante está fortemente condicionada a fatores subjetivos de natureza psicológica, sociológica e organizacional. Na educação e treinamento do chefe militar, deve ser levada em conta a necessidade de ele ser capaz de identificar a realidade que o cerca em todas as suas nuances.

Desde a concepção do seu

plano de operações, além do aspecto técnico do planejamento, o chefe militar deve avaliar corretamente a estrutura da cadeia de comando a seu dispor, a capacidade dos quadros e da tropa, o papel dos homens-chave e os meios de ligação disponíveis. Deve perguntar a si mesmo se a própria vontade, amparada na sua concepção do objetivo, poderá ser projetada vertical e horizontalmente nas suas forças dispostas no campo de batalha. Se tudo isso puder ser atendido, aí sim, "o ardor do seu coração e a luz do seu espírito atearão incessantemente o ardor da resolução e o brilho da esperança em todos os outros".

NOTAS

1. Alguns autores, como Gordon Craig e Raymond Aron, apontam a batalha de Canas, travada em 216 a.C., entre romanos, comandados por Paulo e Varro (60 mil homens) e cartagineses, comandados por Aníbal (37 mil homens), que resultou num massacre dos romanos, duplamente envolvidos pela tropa de Aníbal. Fuller no entanto indica que a verdadeira inspiração veio do estudo da batalha de Leuthen, travada em 1757 entre tropas prussianas (36 mil homens), sob o comando de Frederico II, e tropa austríaca (70 mil homens), que passou à História como exemplo clássico da aplicação da ordem oblíqua.
2. A questão dos efetivos das alas no Plano Schlieffen comporta algumas discrepâncias. Liddel Hart fala em 72 divisões; 53 na ala direita, dez para fixação em Verdun e nove na ala esquerda. Fuller cita 59 divisões na ala norte e nove divisões na ala sul. Gor-

- litz afirma que a ala norte comportaria nove corpos de exército, cinco divisões de cavalaria e sete corpos da reserva, mais ao sul, sete exércios na região de Saarburg e indica que a proporção de forças da ala esquerda alemã (sul) para a direita (norte) foi alterada de 1/7, conforme previsto no Plano Schlieffen, para 1/3 na execução concebida por Moltke.
3. CLAUSEWITZ, Carl von. "O gênio guerreiro", in *Vom Kriege*, 1ª Ed. São Paulo, Martins Fortes Editora, 1979, LI, Cap III, Pág. 111.
 4. GORLITZ, Walter. "Guerra sem generais", in *O Estado-Maior Alemão*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1956, Vol. I, Cap. VII, pág. 250.
 5. "São preceitos fundamentais que governam a execução da guerra. Sua aplicação adequada é essencial ao exercício do comando e à execução bem sucedida das operações militares. Tais princípios são inter-relacionados e, dependendo das circunstâncias, tendem a se reforçar ou a colidir entre si. Conseqüentemente, a aplicação de qualquer princípio específico varia com a situação." (EME - Instruções Provisórias - Operações - Edição 1973 - Cap 5 - Princípios da Guerra e Conceitos Operacionais. Art. I - Generalidades - Pág. 5 - 2).
 6. "Toda operação militar deve ser dirigida para um objetivo militar claramente definido, decisivo e atingível. O objetivo militar final da guerra é a destruição do poder de combate da força armada do inimigo. O objetivo de cada operação deve contribuir para este objetivo final. Cada objetivo intermediário deve ser tal que sua conquista permita atingir mais direta, rápida e economicamente a finalidade da operação. A seleção de um objetivo baseia-se na consideração da missão, dos meios disponíveis, do inimigo e da área de operações. O comandante deve compreender e definir claramente seu objetivo, bem como apreciar, à luz deste, cada ação a realizar." (EME Instruções Provisórias - Operações - Edição de 1973 - Cap 5 - Princípios da Guerra e Conceito Operacional - Art II - Princípios da Guerra - Pág. 5-3).
 7. CLAUSEWITZ, Carl Von. "Objetivo limitado. Guerra ofensiva", in *Vom Krieger* 1ª edição - São Paulo - Martins Fortes Editora. 1979. Livro VIII, Cap. VII, pág. 746.
 8. *Ibidem*, "O Plano de Guerra quando o objetivo é a destruição do inimigo", in *Vom Krieger*, - 1ª edição. São Paulo. Martin Fortes Editora. 1979. Livro VIII, Cap. IX Pág. 753.
 9. *Ibidem* - Pág. 772.
 10. Hentsch não possuía ordens escritas, mas sim verbais e declarou mais tarde: "*Le chef de L'état-major général me donne le pouvoir d'ordonner, si nécessaire, aux cinq armées de se replier de l'autre côté de la Veste, le long des hauteurs au nord de l'Argonne... On me confia la mission de donner l'ordre de retraite, s'il fallait, aux armées sur la ligne Sainte Menehould-Reims-Fismes-Soissons. On me donna les pleins pouvoirs pour donner du ordre au non du Commandement suprême*". Fuller, J.F.C. - "La Marne et Tannenberg", 1914 - In *Les batailles decisives du monde occidentale*. - Ed française - Paris - Berger-Lavrut. 1983. Vol. III, Cap. 20, pág. 97.
 11. O *Immediatvortrag* era o direito do chefe do Grande Estado-Maior dirigir-se, mesmo em tempo de paz, ao Supremo Lorde da Guerra, o Imperador. Foi assegurado através de uma ordem especial do Gabinete Militar em 1883 (vide o EM Alemão de Walter Gorlitz). Esse princípio tornava os chefes de Estados-Maiores responsáveis pelos conselhos que davam aos seus comandantes. Foi uma maneira engenhosa de garantir a condução operacional da guerra pelo profissionalismo do Estado-Maior Geral, personificado no seu chefe. Era um paliativo para a confusão da estrutura político-militar germânica do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Pensar a Guerra*, Clausewitz, Brasília, Editora Universi-

- dade de Brasília, 1986.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo, Martins Fortes Editora, 1979.
 - CRAIG, Gordon A. *The politics of the Prussian Army 1640-1945*. London, Oxford, New York, Oxford University Press - 1955.
 - E M E - Instruções Provisórias - OPE-RAÇÕES. Brasília, 1973.
 - FULLER, J. F. C. *Les batailles decisives du monde occidental*. Paris - Berger Levrault, 1983.
 - GORLITZ, Walter. *O Estado-Maior Alemão, sua história e estrutura - 1657 - 1945*. Rio de Janeiro - Biblioteca do Exército, 1955.
 - HART, Liddel. *Strategy - as grandes guerras da História - 2ª edição* - São Paulo - IBRASA, 1967.



Capitão de Artilharia Sergio Paulo Muniz Costa - Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, de Oficial de Comunicações da Escola de Comunicações e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Foi Comandante de Linha de Fogo e Comandante de Bateria de Serviços do 29º Grupo de Artilharia de Campanha - Cruz Alta - RS, Comandante de Bateria de Obuses no 32º Grupo de Artilharia de Campanha - Brasília - DF e Comandante da Bateria de Comando do 14º Grupo de Artilharia de Campanha - Pousos Alegre - MG. Foi instrutor do Curso de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Recife e Instrutor-Chefe do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do 14º GAC. Publicou em Setembro de 1983 o artigo "Vom Kriege, 150 anos depois" na revista DEFESA NACIONAL. Atualmente é instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras.